

(Re) Pensando os diversos usos do Campo de Santana em tempos pretéritos

Ivo Venerotti*

O artigo preocupa-se em analisar os diversos usos evidenciados no Campo de Santana, entre 1735 e 1889. Neste período, evidenciamos as mais variadas utilizações, de caráter popular e oficial, que conferiram diferentes centralidades ao domínio em questão, com impactos de diversas ordens. A interpretação dessas variadas apropriações permite compreender parte do desenvolvimento da Área Central do Rio de Janeiro elucidando o processo de ocupação de uma porção da urbe carioca.

Palavras-chave: Campo de Santana, uso popular, uso oficial.

The article focuses on analyzing the various uses shown in the Campo de Santana, between 1735 and 1889. During this period, we observed the most varied uses of popular and official character, which gave different centralities the field concerned with the impacts of different orders. The interpretation of such varied appropriation allows us to understand part of the development of the Central Area of Rio de Janeiro elucidating the process of occupying this portion of the town of Rio.

Key words: Campo de Santana, popular use, official use.

Muito embora o Campo de Santana¹ só receba esse topônimo em 1735, quando da edificação da capela dedicada à Santa Avó de Jesus, a história de devoção à Santa é anterior a esse período. O desenvolvimento do Campo de Santana se confunde com a formação do que chamamos hoje de periferia da Área Central do Rio de Janeiro. Resgatemos, então, os momentos anteriores da construção do templo, bem como os antecedentes de ocupação do lugar. Para a compreensão de diversas apropriações, utilizamos como categoria de análise uso popular e uso oficial. Por uso popular entendemos os pulsares e festejos intrinsecamente conectados ao sagrado, ou ainda, ao lazer e ao trabalho e até mesmo manifestações políticas, mas

* Mestrando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: ivo.venerotti@gmail.com

¹ Apesar de receber várias denominações ao longo do tempo, este artigo utiliza o termo Campo de Santana para se referir ao parque e ao seu entorno no período estudado nesta comunicação.

não as ordenadas/organizadas pela Coroa. Em contrapartida, o uso oficial compreende a convergência do Campo em centro político-militar pela Monarquia, ao longo do século XIX, e pode envolver, igualmente, a participação popular, incluída em uma celebração de caráter expressivo para os governantes, Rei e Imperadores. Dito isto, este artigo será dividido em duas partes, sendo a primeira voltada para o uso popular religioso e a segunda, para os usos populares não-religiosos e oficiais do Campo.

Campo de Santana: a construção do templo dedicado à Avó de Jesus e os impactos urbanísticos empreendidos por D. José Luís de Castro, o Conde de Resende

Para melhor compreensão desta parte faz-se necessário situar a cidade do Rio de Janeiro no período de construção do templo, bem como os primórdios da ocupação do Campo de Santana. A cidade encontrava-se, praticamente limitada, vale repetir, entre quatro elevações, quais sejam: Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. Fundada em 1565, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, em 1567, por questões geopolíticas, esta foi transferida para o Morro do Castelo e já no ano seguinte ocupava sua várzea. Além da parca mobilidade espacial, pois não havia transportes públicos, a urbe situava-se entre os quatro morros também por questões de segurança e praticidade, posto que o Rio de Janeiro era repleto de pântanos, mangues, brejos, lagos e lagoas. O tratamento urbanístico dessas áreas era muito dispendioso, por isso a ocupação em localidades já aterradas, ou próximas a estas, era mais prática. Dito isto, a urbe limitava-se até a Rua da Vala – Uruguaiana, como hoje conhecemos. Após esse limite, —desdobrava-se um vasto descampado, planura semeada por charcos, brejos e alagados.² Este perímetro era cortado pelo tortuoso caminho de Capue-ruçu, que ligava a Rua Direita (atual Rua Primeiro de Março), ao Caminho do

² COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008, p. 41.

Mata Porcos. Este equivalente a Rua Frei Caneca dos dias atuais, prolongava-se até São Cristóvão, interligando a cidade aos engenhos dos jesuítas. Este domínio fora das extremas da cidade compreendia uma extensa área, — indivisa e contínua, que se estendia — desde o mar às encostas do Morro do Desterro ([atual] Santa Tereza) e encontrava suas fronteiras no mangal de São Diogo, área correspondente ao que conhecemos como Cidade Nova. Era a boca do sertão, como escreve Vivaldo Coaracy, conhecido inicialmente por Campo da Cidade, onde a população deixava o seu gado para pastar. Em meados do século XVII, essa imensa área foi arrendada para criação de gado destinado ao abastecimento do matadouro da cidade. O arrendatário deveria executar, em troca, as obras de aterramento convertendo a área em pastagem. Deste modo, o Campo permaneceu desabitado, até o fim século XVII.³

No início do século XVIII, a cidade se expandiu pelo litoral na direção sul, alcançando o atual bairro do Flamengo. Junto à área urbana, o Campo da Cidade permanecia desabitado, por conta do seu terreno alagadiço. A população, então, começou a requerer à Câmara concessão de terras nesse espaço desvalorizado. Desse período data o pedido de terra para a edificação da Capela de São Domingos. Esta Irmandade mantinha a imagem de seu santo de devoção na Sé, localizada no alto do Morro do Castelo. Por desentendimentos em decorrência de questões raciais, os devotos de São Domingos encontravam dificuldades em manifestar sua fé. Cabe, neste ponto, uma ressalva. Inaugurada em 1583, a Igreja Matriz de São Sebastião foi uma das poucas a aceitar irmandades de negros e pardos. Isto posto, ao longo do século XVII organizaram-se quatro devoções, as de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, de São Domingos e de Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se em Irmandades no mesmo século. As duas primeiras uniram-se em uma só Irmandade: a dos Homens Pretos. Também de Homens Pretos era a de São Domingos. Já a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição era dos Homens Pardos. A partir de 1700, começaram a ser erigidos alguns templos, como pode ser evidenciado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, em terreno doado, por uma senhora portuguesa, justo na desabitada Rua da Vala, fora das fronteiras da urbe e finalizada em 1725. Na realidade, as irmandades deixaram a Igreja Matriz de São Sebastião devido às reclamações referentes ao modo como eram manifestadas suas devoções repletas

³ *Idem*, p. 42.

de ritmos e cruzamentos das religiosidades católica e do sincretismo derivado dos afro-rituais em uma sociedade escravocrata. Outra Irmandade que iniciou a construção de sua igreja no mesmo ano foi a de São Domingos, cuja edificação, mais modesta por ser tratar de uma fraternidade com menos recursos, ficou pronta em 1706⁴. Por ser esta a primeira construção nesses domínios, a capela cedeu o seu nome à área, que passou a ser conhecida como Campo de São Domingos. Vale ressaltar, essa denominação, no século XVIII, não se aplicava mais a toda área fora da cidade, quase sem delimitação, como era o Campo da Cidade, mas passou a designar uma espécie de bairro, dividido em chácaras e com ruas traçadas, tendo seu limiar entre a Rua da Vala, o mangue de São Diogo e o pantanal de Pedro Dias (correspondente à Rua do Senado e entorno).⁵

A cidade avançava vagarosamente sobre esse espaço. O que continha de mais distante, em termos de ocupação era, exatamente, a capela de São Domingos. Nesta igreja, passaram a conviver, a partir de 1710, duas Irmandades – São Domingos e Santana. Foi neste ano que os devotos da Mãe de Maria passaram a manter sua imagem, trazida de Portugal, em um altar do santuário. Com o passar do tempo, a convivência entre as duas Irmandades tornou-se conflituosa, por motivos, segundo Gerson (2000), de ordem social e de cor. De acordo com Vivaldo Coaracy, desavieram-se entre si os pretos de São Domingos e os crioulos de Sant'Ana⁶. Não admitiam os primeiros que os outros quisessem mandar na casa que era sua⁷. Sendo assim, citando Brasil Gerson,

⁴ Nas igrejas dessas Irmandades outrora instaladas na Sé, principalmente, foram organizadas outras devoções e constituídas outras Irmandades de pretos e pardos. Algumas chegam a se separar das que a originaram ou abrigaram, construindo seus próprios templos. Cita-se, como exemplo, a devoção à Lampadosa, originada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, criada na Capela de São Domingos. Ver SOARES, Mariza de Carvalho. *O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII*. Topoi, 2002 (disponível em <http://www.revistatopoi.org> – acessado em 3.3.2010)

⁵ O Campo de São Domingos foi desmembrado em porções menores, ao longo do século XVIII, como o que viriam a ser o Largo de São Francisco, a Praça Tiradentes (à época Largo do Rocio), o Largo de São Domingos, em frente à igreja homônima e o próprio Campo de Santana, afóra outros largos e praças. Ver GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000 e COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

⁶ COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 88.

⁷ Uma vez instaladas na colônia do Brasil, as irmandades de pretos se organizam regulamentando a entrada de seus membros segundo a cor (pretos e pardos) e também segundo as nações africanas

em 1735 [...] os santanistas lançavam os alicerces de sua própria capela um pouco mais longe, num vasto chão que lhes dera o Cônego Antônio Pereira da Cunha, proprietário de uma chácara no campo arenoso que de Sant'Ana, por tão lógico motivo, passou a ser denominado.⁸

Até meados do século XVIII, é interessante observar, as igrejas que congregavam Irmandades negras ou pardas foram erguidas nos espaços limítrofes da cidade. Podemos exemplificar, além de Rosário e Benedito, São Domingos e Santana, as igrejas de Lampadosa e Santa Efigênia. Como consta nos escritos de Marta Abreu⁹, tal direcionamento foi motivado, provavelmente, pelo preço da terra e/ou pela maior liberdade de culto propiciada pelo distanciamento do núcleo urbano. Ao lado disso, sublinhamos doações que conduziram à fixação de igrejas neste ou aquele local. No que diz respeito à Santana, sua ermida foi erigida sobre um campo arenoso, coberto de vegetação rasteira e de cajueiros, em terreno aplainado para tal destinação. O Campo, propriamente dito, não foi saneado devido ao dispendioso custo de execução, o que demandaria o empenho da Câmara, ou mesmo da Corte, cujos recursos eram necessários para que se efetuassem as intervenções urbanas da época, como aterros de lagoas.

Por sua distância e subutilização, parte do Campo de Santana passou a ser utilizado como depósito de lixo e esgoto, mesmo depois da edificação do templo, em meados do século XVIII. Podemos notar o estado precário do local através de relato de Vivaldo Coaracy:

[...] era um vasto areal, entremeado dalguns charcos, vestido de flora característica das restingas, em que se destacavam pitangueiras e cajueiros. Tão deserto e abandonado era o Campo de Sant'Ana nos meados do século XVIII, que foi escolhido para despejo de detritos e imundícies. [...] No Campo de Sant'Ana, por ser lugar desabitado e distante mandava a Câmara abrir

(angola, mina e outras). Além da cor e procedência, eram também motivos de conflitos as questões de administração dos bens dessas igrejas, que passavam a atrair um crescente contingente de fieis, além de membros com maiores posses. SOARES, Mariza de Carvalho. *Op. cit.*, p. 61.

⁸ GERSON, Brasil. *Op. cit.*, p. 188

⁹ ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

grandes fossos ou valas onde os tigres⁵ despejavam os barris do asqueroso conteúdo.¹⁰

Esses elementos, que incluem desde a salubridade do campo até a dificuldade de acesso ao local, nos levam a crer que a igreja, bem como suas festas, não deveriam atrair uma grande quantidade de fiéis.¹¹ Este quadro se alterou no fim do século XVIII, quando do saneamento do Campo, efetivado sob as ordens do vice-rei, no período de 1790-1801, D. José Luís de Casto, o Conde de Resende. Podemos dizer que este nobre acelerou o processo de ocupação deste setor de expansão da urbe que sofria pressão tanto do adensamento da urbe propriamente dita quanto dos engenhos dos jesuítas nos arredores de São Cristóvão, cujas demandas já tinham levado a construção de uma via com pontes e de traçado reto sobre o mangue de São Diogo, cortando o Campo de Santana.¹²

¹⁰ COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 88. Os tigres, segundo Mariza de Carvalho Soares, estavam no patamar mais baixo da hierarquia dos escravos. Cabia a eles recolher os dejetos da população, com recipientes na cabeça ou presos em suas costas. Os excrementos eram removidos nas residências ou mesmo lançados de seus próprios sobrados, geralmente à noite. Há várias versões do porque desses escravos serem conhecidos por tigres. Eram escravos temidos e causavam repulsa por sua aparência e odor, em decorrência de sua função, e, justamente por conta disso, Vivaldo Coaracy explica sua denominação naturalmente pelo pavor que infundiam, afugentando quem de noite andasse pelas ruas, não só pelo terror dalgum perigoso esbarro, como pelos eflúvios, como um rastro, deixados, à sua passagem. **O memorialista nos esclarece, ainda, que o nome acaba por se estender**, posteriormente, às vasilhas que carregavam. Mariza de Carvalho Soares acredita que o povo os chamava assim numa alusão à necessidade de se evitá-los, tal como as feras homônimas, quando alguém os encontrava pelo caminho. Para Luiz Felipe de Alencastro, esses escravos recebiam esse nome muito provavelmente por causa da cor tigrada com que a matéria fecal sujava o seu corpo. Para Clóvis Moura, tigre era o recipiente que o escravo carregava. O responsável por esvaziar os barris chamava-se, para o autor, tigreiro. Recorrendo novamente a Mariza Soares, esses escravos não tinham somente essa função específica, desempenhando outras tarefas no momento em que não estivessem exercendo essa tarefa. Outros pesquisadores corroboram com essa idéia, dentre eles Angela Alonso, que explica serem os tigres os mesmos responsáveis por distribuir a água pela cidade. No seu retorno eles levariam os barris com os dejetos para serem descartados. Havia, ainda, outros tipos de escravos urbanos no Rio de Janeiro, como os domésticos e os de ganho. O sistema de tigres perdurou até meados do século XIX, quando a capital do Império foi dotada de uma rede de esgotos. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A., ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e a rua*. São Paulo: Cia das Letras, 2007. MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. SOARES, Mariza de Carvalho. *Op. cit.*. COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

¹¹ ABREU, Martha. *Op. cit.*

¹² CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

Sob as ordens do vice-rei D. José Luís de Castro foi realizado o aterramento completo do Campo de Santana. Como mencionado, essas iniciativas de saneamento demandavam grandes recursos. Sendo assim, a série de medidas para urbanizar o Campo só foi possível com a contribuição, ou mesmo tributação, dos moradores e proprietários dos terrenos vizinhos. Além da drenagem de todo Campo, realizou-se o arruamento dos caminhos que convergiam para o Campo e que dele se irradiavam. O lugar foi retalhado em chácaras, tendo o vice-rei definido suas dimensões oficiais. Essas iniciativas terminaram com a charneca imunda substituída pelo mais amplo logradouro público¹³, propiciando o surgimento de construções no entorno, incorporando, efetivamente, essa área ao espaço urbano. Vale dizer, a administração do Conde promoveu, igualmente, a drenagem, o aterramento e a abertura de ruas dos espaços contíguos ao Campo, entregando à população as Ruas dos Arcos, do Lavradio, dos Inválidos, do Resende e Conde da Cunha (atual Visconde de Rio Branco). Iniciou, também, a ocupação do que viria a ser a Cidade Nova, com a abertura da Rua Nova de São Pedro (destruída com a abertura da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940), e das Travessas Formosa (atual Rua General Caldwell) e das Flores (atual Rua de Santana). Segundo Martha Abreu, somente no final do século XVIII o Campo passou a reunir as condições para que se desenrolassem as grandes festas e demais comemorações religiosas.¹⁴

Nesse período consta o registro da doação de uma porção da chácara vizinha à igreja, para que se construísse o que se chamava de império que, de acordo com Vivaldo Coaracy, tratava-se de um pavilhão de pedra e cal, com uma capelinha ao fundo e tendo na frente a plataforma ou terraço onde, em seu trono, o Imperador do Divino recebia, por ocasião das festas, o preto e homenagem de seus súditos.¹⁵

Cabe, neste ponto, uma explicação. Muito embora a tradição de coroar reis e rainhas possa ser associada aos diversos grupos africanos, Mariza Soares nos esclarece que essa prática vem de Lisboa, com o intuito de reproduzir a sociedade estamental portuguesa no interior de uma Irmandade. Assim, nas palavras de Mariza Soares,

¹³ COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 89.

¹⁴ ABREU, Martha. *Op. cit.*

¹⁵ COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 92.

a associação dos reinados das folias aos soberanos africanos deve ser buscada não numa referência imediata ao passado individual dos grupos, mas ao modo como já em Portugal esses reinos pagãos foram legitimados no interior do universo cristão. A diferença [entre Portugal e Brasil] é que aqui [...] os reis encabeçam agremiações étnicas [ao invés de reproduzir a sociedade estamental portuguesa], denominadas reinados¹⁶, estados imperiais¹⁷ ou simplesmente folias¹⁸. Essas folias, assim como as devoções a que estão associadas, constituem verdadeiras linhagens religiosas que se espalham pela cidade. A folia da Lampadosa, inicialmente instalada na Igreja do Rosário — famosa pelas festas do rei congo elege também reis e rainhas. Já as folias de Santana e de Santo Elesbão, ambas alojadas na Igreja de São Domingos, elegem imperadores e imperatrizes. A Irmandade de Santana funda o Império do Divino Espírito Santo e a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia o Império de Santo Elesbão.¹⁶

A respeito da periodicidade dessa manifestação, a mesma autora sublinha que,

a folia pode sair às ruas várias vezes ao ano, de acordo com os recursos e a vontade dos reis, mas seu principal compromisso é o comparecimento à festa dos oragos da igreja. A folia se apresenta em trajes especiais cabendo ao rei manto, coroa, cetro e guarda-sol.¹⁷

Esse ritual era um grande acontecimento na cidade, sendo o mais expressivo o do Império do Divino Espírito Santo, promovido pela Irmandade de Santana, considerada a festa religiosa mais importante da época, estendendo-se, em algumas oportunidades, por três meses, de maio a julho.¹⁸ Não podemos deixar de citar as comemorações dedicadas à Santana, que

atraíam grande afluxo de fiéis e de curiosos ao Campo, em concorrência com as festas do Espírito Santo que na mesma região se celebravam. Data daí talvez o hábito, que subsistiu até fins do século XIX entre os cariocas, de comemorar o dia de Sant'Ana, a 26 de julho, com as mesmas festividades com que, no mês anterior, eram saudados Santo Antônio, São João e São Pedro: fogueiras, fogos de artifício, reuniões familiares, ladainhas e muita alegria.¹⁹

¹⁶ SOARES, Mariza de Carvalho.. *Op. cit.*, p. 68.

¹⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. *Op. cit.*, p. 80.

¹⁸ Para uma análise mais aprofundada sobre o Império do Divino Espírito Santo, ver ABREU, Martha. *Op. cit.*

¹⁹ COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 89.

A Festa do Divino bem como as outras celebrações religiosas que se descontinavam no Campo de Santana o constituíam como espaço privilegiado de sociabilidade, não só em fins do século XVIII, mas durante praticamente todo o século XIX. Neste período verificamos, também, os mais diferentes usos no entorno e no objeto estudado.²⁰

O ato de coroação do Imperador do Divino contava, por vezes, com a presença dos vice-reis. Devemos frisar, contudo, que só a partir das intervenções urbanísticas empreendidas sob o vice-reinado do Conde de Resende, o Campo passou a reunir – as mínimas condições de sediar uma das festas de maior frequência, já naquele período.²¹

Durante o fim do século XVIII e início do século XIX, permanece no Campo de Santana, praticamente de forma exclusiva, o uso popular religioso. Suas festas, no entanto, passariam a conviver com outras apropriações desse espaço, justamente por conta da chegada da Corte Portuguesa. Durante todo o século XIX a Família Real Portuguesa converteu o Campo em palco privilegiado de suas comemorações, além de serem instalados fixos de suporte à administração monárquica, como veremos a seguir.

A chegada da Corte Portuguesa (1808): seus impactos sobre o Campo

Com a perspectiva de invasão das tropas napoleônicas à Lisboa ocorreu à transferência da Família Real Portuguesa para a sua colônia mais próspera: o Brasil.²² A Corte vem escoltada pela Inglaterra a partir de negociações estabele-

²⁰ ABREU, Martha. *Op. cit.*; COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

²¹ ABREU, Martha. *Op. cit.*, p. 177.

²² Em seu profundo estudo, o pesquisador Nireu Cavalcanti constatou a chegada de 450 a 500 pessoas, entre 1808 e 1822, entre eles 60 membros da alta nobreza. Esse número contrasta com o que foi consagrado pela historiografia, que considera terem chegado entre 15 mil e 20 mil pessoas no período, correspondente a 25% da população do Rio de Janeiro e a 8% da população de Lisboa na época. Recomenda-se a leitura de sua obra, ainda, para que se tenha conhecimento dos impactos urbanísticos, econômicos e culturais da chegada da Família Real sobre toda a cidade. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

cidas pelas Coroas lusa e britânica. Desta maneira, tratados foram assegurados entre o Príncipe Regente D. João e o Rei George III, a exemplo da Abertura dos Portos, em janeiro de 1808, bem como os Tratados de 1810 quer sejam o de Comércio e Navegação e o de Aliança e Amizade. Nas palavras de Nireu Cavalcanti,

sem sombra de dúvida, nenhum outro fato de tamanha magnitude política até então ocorrera que pudesse se responsabilizar por tantas e rápidas mudanças nos âmbitos econômico, cultura e urbanístico daquela cidade quanto a decisão estratégica de se transplantar a metrópole para a colônia. [...] A vinda da Corte assegurava o domínio da parte mais rica do império luso – o Brasil – e, sobretudo, salvava o Reino e a monarquia portuguesa.²³

Em meio a agitação da chegada da Corte impactos de diversas naturezas foram sentidos tais como o estabelecimento da Imprensa Régia (uma espécie de Diário Oficial da época), a fundação do Banco Real, hoje Brasil, a criação do Jardim da Aclimação (atual Jardim Botânico), da Real Academia Militar, da Biblioteca Nacional (acervo trazido da Biblioteca de Lisboa) e da Intendência Geral da Polícia da Corte, com atribuições correspondentes a de uma prefeitura. Foram permitidas a edição de livros, implantação de manufaturas e, até mesmo, a construção de uma fábrica de pólvora, atividades essas outrora proibidas na Colônia. A cidade do Rio de Janeiro foi cartografada e passou a ser cobrada a décima urbana, além de serem obrigados os proprietários das casas e prédios a retirar de suas janelas as rótulas, um tipo de treliça que impedia quem estivesse do lado de fora enxergar quem estivesse do lado de dentro, dificultando a entrada de luz e a circulação de ar, tornando o ambiente insalubre. Afora isto, a Corte deveria ser vista e reverenciada quando passasse pelos logradouros públicos e isto poderia ocorrer a qualquer momento. Para alojar um número expressivo de nobres várias edificações foram marcadas pela inscrição P.R. (Príncipe Regente) que o carioca, criativamente, apelidou de “Ponha-se na Rua”, na medida em que os residentes tinham que ceder as casas ou mesmo prisões e conventos para atender a esta imposição de D. João. Toda uma estrutura com base nos princípios civilizatórios europeus foi criada para que o Rio de Janeiro se tornasse a capital do Reino português, única cidade das Américas ou de qualquer Colônia a exibir tal condição.²⁴

²³ *Idem*, p. 95.

²⁴ ABREU, Martha. *Op. cit.*; CAVALCANTI, Nireu. *Op. cit.*

Particularmente no Campo de Santana, os reflexos da chegada da Corte foram inicialmente sentidos quando o Conde de Linhares, Ministro Real responsável pela nova organização do Exército, o escolheu para a instalação do Quartel do Regimento da Tropa, considerado espaço ideal para exercícios e manobras militares. A transladação da Monarquia trouxe alguns regimentos da tropa de linha, para aumentar a guarnição da cidade.²⁵

Sem espaço para o seu alojamento, instalaram-se no Mosteiro de São Bento e em algumas residências requisitadas para esse fim. Posteriormente, o terreno escolhido para a instalação da guarda ocupava parte da face norte do Campo, consistindo na junção de uma chácara doada e dois terrenos desapropriados para esse uso. Entre esses estava terreno pertencente ao Império da Irmandade de Santana, demolido para tal destinação. O processo não foi tranquilo, visto que a Irmandade resistia à destruição do palacete de pedra e cal, recusando, inclusive, a edificação da construção em terreno anexo à igreja. A Irmandade passaria, a partir desse momento, a construir um Império provisório sempre que ocorresse a festa do Divino. Iniciada em 1811, o novo quartel só foi finalizado em 1818, embora já estivesse em condições de alojamento desde 1814.

Outra medida que alterou substancialmente a rotina do Campo foi a construção do chafariz público, com águas canalizadas do Rio Maracanã. O abastecimento de água era um problema permanente na cidade, pois a mesma não contava com água encanada, tendo as bicas e os chafarizes, ambos espalhados pela urbe ao longo do tempo, um fator de amenização dessa situação. Cabia aos escravos encher as latas de água que seriam entregues aos seus senhores. Havia, ainda, os vendedores de água, um comércio cada vez mais lucrativo na cidade. A obra do chafariz foi iniciada em 1801, durante o vice-reinado de D. José Fernando de Portugal, prolongando-se por mais de dez anos, sendo entregue de maneira provisória, uma construção de madeira. Somente em 1818 foi destinada à população a benfeitoria definitiva, de pedra e cal, cuja inauguração contou com a presença do Rei D. João VI e do Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Vianna. Com o chafariz, o Campo atraiu um significativo fluxo de pessoas. Era constante a presença de lavadeiras, de escravos, de vendedores de água (que enchiam as suas carroças no chafariz), além dos estudantes quando, ao cair da

²⁵ COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 92.

noite, refrescavam-se nas águas do Chafariz das Lavadeiras, assim denominado pela marcante presença das mesmas, que ainda utilizavam os arbustos do Campo para estender suas roupas e lençóis lavados.²⁶

Pelas mãos do Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Vianna, uma porção do Campo teve suas feições modificadas. Houve a idéia de se implementar a indústria da seda no país e Vianna ficou encarregado de plantar as amoreiras para a criação de casulos. Aproveitando-se da oportunidade, ornamentou o Campo com plantas tropicais e com outras trazidas da Europa, cercando-o também com gradil de madeira, e —assim transformou o vasto cercado em formoso e atraente jardim.²⁷ O Intendente era muito bem relacionado com o Rei D. João VI, mas não concordava com o modo de vida levado pelo Príncipe D. Pedro, seguindo uma orientação política que não agradava o filho do Rei. Em um ato de vingança, o jardim foi vandalizado e totalmente destruído em 1821, sob as ordens de D. Pedro, que se aproveitava do retorno de D. João VI a Portugal.²⁸

Ao longo do século XIX, o Campo teve a sua borda ocupada por edifícios da nobreza e do poder. No início do século mencionado habitavam, entre outras personalidades, João Rodrigues de Almeida, futuro Barão de Ubá, além de D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, vice-rei do Brasil entre 1806 e 1808, e o Intendente Geral da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Vianna, afora o próprio edifício do órgão. A residência do primeiro converteu-se em Museu Real, inaugurado em 1820, e do segundo, em Senado do Império, cujos trabalhos iniciaram-se em 1824. Ainda nesse período, observamos a instalação de vários fixos expressivos no seu entorno, como importantes prédios públicos, como o Senado da Câmara (1825), a Casa da Moeda (1859) e o Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Corte (1862), bem como edifícios voltados à instrução e erudição, como o já citado Museu Real (1820), hoje Nacional e transferido para a antiga residência da Família Real, na Quinta da Boa Vista, e de uma Escola Pública da Freguesia de Santana (por volta de 1870), atualmente Escola Municipal Rivadávia Corrêa.²⁹ Junto a isso, no período próximo da Proclamação da República, o

²⁶ *Idem.*

²⁷ *Idem*, p. 104.

²⁸ *Idem.*

²⁹ GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000; COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

Campo de Santana contava com um dos hotéis mais freqüentados na cidade, o Grande Hotel Giorelli, —que dava café pela manhã, almoço, jantar às 4 e meia e café ou chá com pão e manteiga à noite, tudo por cinco mil réis [imaginamos ser uma quantia razoável], em quarto de solteiro.³⁰ Ainda nesse período, o Império possuía cinco ministérios, dois localizavam-se no Campo de Santana: o Ministério da Guerra e o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.³¹

Outra construção relevante é a Estação Dom Pedro II (atual Gare da Central do Brasil), inaugurada em 1858, inicialmente voltada para o transporte de mercadorias rurais. Para tal empreendimento, a igreja de Santana foi arrasada em 1855, conferindo um outro uso para o Campo. Tratava-se da principal estação ferroviária do novo meio de transporte que ligaria o Rio de Janeiro ao cafeeiro Vale do Paraíba. A igreja, doravante, seria instalada na Rua das Flores, templo alocado em terreno governamental aproveitando as fundações do que seria a cadeia nova. Nestas circunstâncias, a igreja passou a ter, definitivamente, um novo endereço, derramando seu topônimo para o logradouro que passou a ser Rua de Santana.³²

Ao longo do tempo, convém repetir, em seu expressivo rol de eventos, repleto de festas juninas, coroação do Imperador do Divino, louvores à Santana, afora a ressonância emitida pelo batuque dos negros que veneravam a avó de Jesus, passou a conviver com 11 manifestações oficiais da Corte e do Império. Dentre eles citam-se as comemorações do casamento de D. Pedro I com D. Leopoldina de Habsburgo, em 1818, e mais tarde, com D. Amélia de Leuchtenberg, em 1829, além das aclamações populares de D. João VI em 1818, como Rei do Brasil, Portugal e Algarves, e de D. Pedro I em 1822 e D. Pedro II em 1841, como Imperadores do Brasil. O Campo converteu-se em arena privilegiada das comemorações monárquicas. Estes fatos contribuíram para que o imenso logradouro passasse, oficialmente, a ter denominações como Praça da Aclamação e Campo da Honra. No entanto, o povo insistia em veicular a nomenclatura anterior, qual seja: a de Campo de Santana.³³

³⁰ *Idem*, p. 196.

³¹ *Idem*.

³² *Idem*.; ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. , 3ª edição. RJ: IPP, 2006.

³³ ABREU, Martha. *Op. cit.*; GERSON, Brasil. *Op. cit.*; COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

O Campo de Santana recebeu, também, outra importante construção, qual seja o Teatro Provisório, depois Lírico Fluminense. Por conta do incêndio ocorrido em 1851 no mais importante teatro da cidade, o São Pedro de Alcântara, decidiu-se construir um edifício que abrigasse não só os grandes espetáculos dramáticos, mas também os de ópera da cidade. Em poucos meses foi erigido o Teatro Provisório, inaugurado em 1852. Como sugeria o nome, foi erguido para durar três anos, durante as obras de reconstrução do Teatro São Pedro. Este, já pronto com um ano e meio de antecedência, passou a concorrer com o seu substituto. Pensaram em tornar o Teatro Lírico Fluminense, em caráter definitivo, permanecendo, contudo, até 1875, quando foi demolido sob ameaça de desabamento.³⁴

O Campo de Santana sofreu significativa transformação quando, por conta do paisagismo inglês capitaneado por Auguste François Marie Glaziou, passou a ostentar grutas, alamedas, lagos, arbustos, árvores frondosas, cotias, gansos, marrecos, além da implantação de melhoramentos aprontados entre 1873 e 1880, inaugurado neste ano com a presença do Imperador D. Pedro II. Posterior a isso, foi no Campo que ocorreram importantes efemérides nacionais, quais sejam: a assinatura da Lei Áurea realizada pela Princesa Isabel no Senado do Império onde, hodiernamente, se encontra a Faculdade de Direito da UFRJ, e outro registro que mudou a História do Brasil, isto é, a Proclamação da República, em 1889, realizada por Marechal Deodoro da Fonseca, que residia em frente ao Campo de Santana.³⁵

A Proclamação da República encerra o uso oficial monárquico alterando, inclusive, o seu topônimo, qual seja o de Campo da Aclamação para Praça da República. O uso popular religioso do espaço já vinha sendo paulatinamente enfraquecido, desde a demolição do Império do Divino, em 1811 e da própria igreja de Santana em 1855, passando pelo tratamento paisagístico do Campo, quando se dificultam, ou mesmo proíbem, práticas religiosas e culturais populares em seu espaço.³⁶ A República praticamente terminou com o uso popular religioso do Campo por conta das novas diretrizes impostas pela ordem e o progresso na capital do País e a sua perseguição às manifestações populares.³⁷

³⁴ COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*.

³⁵ COARACY, Vivaldo. *Idem.*

³⁶ ABREU, Martha. *Op. cit.*.

³⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi.* 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Considerações finais

Pudemos observar nas páginas anteriores um aspecto que nos remete à expressão de uma memória simbólica evidenciada, sobretudo, pela consonância do topônimo do logradouro nascido por conta da igreja em honra à mãe da Virgem Maria. O Campo foi batizado como de Santana em 1735, denominação que persistiu, oficialmente, até 1822. A partir de então, por conta da aclamação do Imperador do Brasil, D. Pedro I, o Campo passou a ser da Aclamação. Na ocasião de sua abdicação, em 1831, nomearam-no Campo da Honra, para ser mais uma vez da Aclamação em 1841. Na ocasião das comemorações pela vitória conquistada na Guerra do Paraguai em 1870, cogitou-se a mudança do nome para Campo de Marte, o que não ocorreu. Mesmo com todos esses fatos e mudanças de denominações ao longo do tempo, o Campo continuou a ser de Santana no entendimento popular, ainda que a demolição da igreja tenha ocorrido em 1855. Neste ponto, cabe ressaltar, a existência de um nicho dedicado à Santana nos dias atuais, localizado na Estação Central do Brasil. Seja como for, por vontade popular e de conhecimento de todos convivem dois endereços que aparentemente seria um único: Campo de Santana e, no entorno, Praça da República.

Quanto aos usos propriamente dito, podemos evidenciar o uso popular do Campo de Santana desde a edificação do templo dedicado à Santana, em 1735, até fins do século XIX. No decorrer do tempo, os usos populares, sobretudo o religioso, passaram a ser enfraquecidos com a demolição de fixos de apelo popular – Igreja de Santana, Império do Divino, Chafariz das Lavadeiras, Teatro Provisório/Lírico Fluminense. Em seguida, a relação cerceamento/ tolerância com as manifestações culturais negras, o tratamento paisagístico do campo e a posterior proibição da presença das tradicionais barracas que vendiam de tudo em oportunidades festivas religiosas contribuíram para perda de seus usos de outrora. Posteriormente, ao longo do século XIX o uso oficial do Campo emergiu e instalaram-se residências da nobreza e edifícios do poder, tanto políticos como culturais, como o Quartel General do Regimento, Intendência Geral da Polícia da Corte, Museu Real, Senado da Câmara, Senado do Império, Estação Ferroviária D. Pedro II, Casa da Moeda, Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Corte e a Escola Pública da Freguesia de Santana. Junto a isso está 13 a escolha do Campo para as comemorações da Corte. Convivem então, lado a lado, as lavadeiras junto ao chafariz, populares buscando se refrescar e espetáculos tea-

trais com celebrações monárquicas, persistindo, por um tempo e cada vez mais timidamente, o uso popular religioso. Notamos, portanto, que o uso popular e o oficial convivem, a partir do século XIX, de forma desigual, embora se complementem, em certos momentos. Essa diferença se torna insuportável ao passo de um uso afastar o outro, ajustando o espaço a um ideal urbanístico e civilizatório.³⁸ As centralidades nos Oitocentos acumularam-se, complementaram-se, contrastaram-se e disputaram entre si.

É possível apontar três momentos que impactaram, sobremaneira, o Campo de Santana. A edificação da igreja forneceu o nome ao local e já provocou um afluxo aos seus domínios. Foi a intervenção urbana capitaneada pelo Conde de Resende, no entanto, que viabilizou o desenvolvimento da área, possibilitando um fluxo maior de fiéis e pessoas diversas ao local e conferiu ao perímetro um uso pertinente ao caráter religioso. Vale ressaltar, os melhoramentos urbanísticos do Conde de Resende propiciaram, anos mais tarde, os diferentes usos que seguiriam. Devemos considerar o fato de que o Campo esteve pressionado por dois eixos de crescimento da cidade, o urbano e rural – o caminho para o engenho dos Jesuítas, por exemplo, cortava o campo – colaborando, sobremaneira, para a sua posterior ocupação.

Outro marco que deve ser citado diz respeito à chegada da Família Real Portuguesa em 1808, que imprimiu suas marcas através da edificação de fixos que davam suporte à administração Real, além dos demais ligados à erudição e à cultura, relativos aos princípios civilizatórios europeus, afora a utilização do Campo, a partir desse momento, como palco das comemorações oficiais. Por último, a Proclamação da República encerrou o uso monárquico e cerceou as manifestações populares, sobretudo as negras, dando fim ao uso popular-religioso do Campo de Santana.³⁹

³⁸ ABREU, Martha. Festas Religiosas no Rio De Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Estudos Históricos*, RJ, vol. 7, n. 14, 1994 (Disponível em <http://virtualbib.fgv.br> – acessado em 15.1.2010); ABREU, Martha. O Império ... *Op. cit.*

³⁹ ABREU, Martha. O Império ..., *Op. cit.*